

PODER

Pautas populares sob pressão

Medidas trabalhistas ganham força no último ano do terceiro mandato de Lula, mas esbarram em um Congresso resistente

» DANANDRA ROCHA
» VICTOR CORREIA
» WAL LIMA

Em seu último ano, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta um ambiente político desafiador, marcado por um Congresso hostil, disputas por narrativas e a necessidade de negociações complexas com o Centrão para aprovar pautas estratégicas. Depois de vitórias econômicas nos três primeiros anos de gestão, como a aprovação da reforma tributária e a isenção do Imposto de Renda (IR), o foco do Planalto se volta, agora, para o campo trabalhista, tentando reforçar a base eleitoral e consolidar a imagem de governabilidade.

Nas últimas semanas de dezembro, Lula indicou em seus discursos qual será a direção do governo na reta final antes das eleições. Entre os projetos prioritários estão a regulamentação dos trabalhadores por aplicativo, principalmente entregadores, e o fim da escala 6x1.

O primeiro é capitaneado pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, que como deputado federal já havia proposto a regulamentação dos aplicativos. O segundo depende da articulação do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que permanece no governo a pedido do presidente, mesmo tendo a opção de disputar a Câmara dos Deputados. “Ele me pediu — e pedido de presidente, vocês sabem, não é um pedido, é uma ordem — que eu continue no ministério, dando sequência ao trabalho que estamos fazendo pelo país. Um trabalho que está dando resultados e que ainda tem muito o que avançar”, disse Marinho em suas redes sociais.

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Boulos recebeu a missão de lutar pela regulamentação do trabalho por aplicativo: pauta social

O fim da escala 6x1 ganhou destaque nas redes sociais e entre setores fora da esquerda, e o governo avalia que aprovar essa medida pode ter impacto positivo na popularidade do presidente. A regulamentação dos aplicativos, por sua vez, aproxima Lula de trabalhadores autônomos que optam por não seguir modelos tradicionais de emprego, um grupo historicamente distante do governo. Há, também, a pauta da tarifa gratuita nacional para transporte público, que ainda depende de estudos do Ministério da Fazenda sobre viabilidade econômica.

Em 10 de dezembro, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou uma PEC que extingue a escala 6x1 e reduz gradualmente a jornada para 36 horas semanais. A medida, no entanto, gerou críticas: o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Antonio Alban, classificou a proposta como “inoportuna e eleitoreira”, enquanto a Confederação Nacional do Comércio (CNC) defende negociações coletivas.

Apesar de pautas de grande apelo popular, Lula enfrenta um Congresso cada vez mais hostil.

O Centrão, com interesses próprios, promete vender caro qualquer apoio a projetos que possam beneficiar eleitoralmente o presidente em 2026. A situação se agravou após crises simultâneas com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que chegaram a romper publicamente com lideranças do governo.

Para rebater o cenário de confronto entre os Poderes, Lula chegou a telefonar para Alcolumbre em 19 de dezembro, em gesto de agradecimento pela aprovação do

Orçamento para 2026. O gesto já havia sido realizado em 15 de dezembro também com o presidente da Câmara, Hugo Motta. No mesmo dia, Lula também minimizou a crise com o Congresso Nacional atribuindo as derrotas do governo em votações importantes para o Executivo devido à falta de articulação política de sua própria base governista.

Derrotas em 2025

As derrotas ditas por Lula incluem a aprovação do Projeto de Lei (PL) da Dosimetria pelo Senado Federal. Mesmo a proposta tendo sido vetada na quinta-feira, durante cerimônia em memória dos tanques de 8 de janeiro, a vitória expressiva com 48 votos favoráveis e apenas 25 contrários e uma abstenção mostrou as fragilidades do governo na Casa Legislativa. Porém, o embate não acabou: parlamentares de direita prometem derrubar o veto assim que voltarem do recesso, em fevereiro, enquanto a base governista se mobiliza para manter a decisão do presidente. “Lula não quer paz. O que estamos vendo é uma perseguição política escancarada, seletiva e injusta. Na primeira sessão do Congresso Nacional, vamos trabalhar para derrubar esse veto”, escreveu o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato ao Planalto, em suas redes sociais.

Antes disso, um dos momentos mais marcantes das derrotas do petista no Congresso foi com a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as fraudes do INSS, que em junho de 2025, contou com mais de R\$ 2,8 bilhões bloqueados pela Advocacia-Geral da União (AGU) após a suspeita de fraudes contra

aposentados e pensionistas. Na época que a comissão foi criada, a base do Governo temia que as oitavas fossem desvirtuadas por parlamentares da oposição e solicitaram que somente a AGU direcionasse as investigações, que foram derrotadas pela ala bolsonarista e hoje, o grupo atua sob o comando do senador Carlos Viana (Podemos-MG), tendo como relator o deputado Alfredo Gaspar (União-AL).

Em outubro, a Câmara impôs outra derrota retirando de pauta a medida provisória (MP) com alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e inviabilizando a apreciação da proposta que perdeu a validade no Parlamento. A MP era considerada essencial pela equipe econômica do Governo e renderia cerca de R\$ 17 bilhões aos cofres públicos neste ano de 2026, ano eleitoral. A proposta alteraria ainda as regras de tributação sobre investimentos, fintechs e compensações tributárias.

Para o cientista político Lucas Fernandes, a deterioração da relação de Lula com o Congresso ocorreu de maneira diferenciada nas duas casas. Na Câmara, houve uma ruptura do Hugo Motta com o líder do PT, Lindbergh, contaminando a relação do Planalto com a Casa. No Senado, a indicação de Messias desagradou Davi Alcolumbre, não apenas pelo nome, mas pelo modo como a indicação ocorreu — segundo Fernandes, Alcolumbre teria sido avisado pelas redes sociais, sem receber um telefonema de Lula, sendo que o candidato preferido dele era Rodrigo Pacheco. “É um momento bastante tenso, e o governo precisa colocar o time de elite em campo para tentar reconstruir pontes”, destaca Fernandes.

Lula celebra natureza

Reprodução/Instagram/ @janjalula



A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, publicou, ontem de manhã, imagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o recesso de fim de ano. Na legenda da publicação, Janja escreveu: “Entramos em 2026 com toda a força, e temos muito trabalho pela frente. Com disposição, diálogo e Brasil no coração, seguiremos juntos, cuidando do nosso país”. O casal passou o período na Restinga da Marambaia, reserva da Marinha localizada na Costa Verde do Rio de Janeiro. Durante a estadia, Lula comandou remotamente a resposta do governo brasileiro à crise

na Venezuela. Na ocasião, o presidente participou, por vídeo, de uma reunião de emergência no Itamaraty. No vídeo divulgado por Janja, o presidente destaca a beleza do encontro das águas na região, onde ondas vindas de direções opostas se cruzam, e faz uma analogia com o convívio entre diferentes posições políticas. “Essa é uma demonstração extraordinária. Aqui a onda que vem da direita e a onda que vem da esquerda constroem algo extraordinário. É a natureza fazendo aquilo que a gente não imagina que seja possível”, afirmou Lula. **(Raphaella Peixoto)**

BANCO MASTER

Justiça nega pedido de Vorcaro

» EDUARDA ESPOSITO

A Justiça de São Paulo negou o pedido do dono do banco Master, Daniel Vorcaro, de levar partes da Operação Carbone Oculto e Quasar para o Supremo Tribunal Federal. A primeira instância entendeu que não há vínculo da operação deflagrada no fim de agosto de 2025 pela Polícia Federal com a investigação que segue sob sigilo na Suprema Corte sobre a compra do banco Master pelo BRB.

As operações que apuram crimes de lavagem de dinheiro envolvendo o Primeiro Comando da Capital (PCC), fintechs e o setor de combustível tramitam na Justiça estadual paulista e Justiça Federal de São Paulo, respectivamente.

Segundo o portal UOL, os juízes da primeira instância seguiram a decisão do Ministério Público de que as operações da Polícia Federal têm como foco outros alvos e não há suspeitas contra o banqueiro. Além disso, não há investigados ou menções de pessoas com foro privilegiado até o momento. A decisão foi assinada em 19 de dezembro de 2025.

De acordo com a apuração de Mateus Coutinho, Vorcaro citou a decisão do ministro do STF Dias Toffoli de concentrar a investigação da Operação Compliance Zero e eventuais casos conexos na Suprema Corte. A defesa argumentou que se houvesse investigação sobre o banqueiro, ela deveria subir para o STF.

“Não assiste razão à defesa ao sustentar que a decisão proferida pelo Exmo. Min. Dias Toffoli na Reclamação nº 88.121, estender-se-ia à Operação Quasar, porquanto seus efeitos se restringem à investigação em favor da qual foi compartilhada a Informação de Polícia Judiciária supramencionada, cabendo a reavaliação de competência àquele Juízo”, decidiu o juiz federal substituto Paulo Cesar Duran, da 7ª Vara Federal em São Paulo. Na vara estadual, o juiz Sandro Nogueira Leite seguiu o entendimento. “Ao menos por agora, não há notícia de conexão do peticionário e Banco Master com a investigação, logo, desnecessária a comunicação pretendida”, afirmou.

PO

NEWS

EDIÇÃO Nº 1035 | ANO 51

Boletim informativo das Organizações Paul00ctavio

11 DE JANEIRO DE 2026 | BRASÍLIA/DF

PO DECOR

NOVA EMPRESA DAS ORGANIZAÇÕES PAULOCTAVIO TRANSFORMA APARTAMENTOS EM PROJETOS PERSONALIZADOS

A PO Decor é a mais nova empresa das Organizações Paul00ctavio e chega para oferecer aos compradores dos empreendimentos do grupo uma experiência completa de personalização. Criada para atender quem deseja receber seu imóvel com identidade única, a PO Decor atua desde a elaboração de projetos de arquitetura até a execução de reformas e decoração, além de oferecer escritórios de arquitetura que desejam construir casas de alto padrão com execução e acompanhamento técnico da obra, tudo com o padrão de excelência da construtora.

A empresa é composta por dois braços estratégicos dentro da corporação e dirigida por Brenda Pamplona, da Arquitetura Comercial da Paul00ctavio, e Fernando Farias, diretor da Principal Manutenções. Essa união garante expertise técnica e visão estética alinhadas, permitindo personalizações completas, funcionais e esteticamente sofisticadas.

Com equipe multidisciplinar, acompanhamento profissional e integração direta com a construtora, a PO Decor oferece soluções práticas, seguras e planejadas especialmente para cada cliente. O resultado são apartamentos entregues prontos para morar, com acabamento exclusivo, ambientes mais funcionais e o estilo de vida de cada família refletido em cada detalhe.

www.paulooctavio.com.br